

REGULAÇÃO ECONÔMICA E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: CASO OI

Erick Sobral Diniz¹

Carla Izolda Fiuza Costa Marshall²

RESUMO

Introdução: O redimensionamento do princípio da legalidade frente à evolução do Estado Empresário-Regulador e do Estado Democrático de Direito, exigiu uma normatividade secundária para dar conta da complexidade e diversidade de atores sociais, esta, por sua vez, mostrou-se capaz de trazer grandes ônus a atividades produtivas. Para além disso, em muitos momentos sua legitimidade foi contestada, todavia argumenta-se que, hoje, ela advém do exercício do seu poder e não pelo título - como ocorre com os representantes eleitos - relevando-se a eficiência e a necessidade de participação popular para edição de seus respectivos atos. Agora, fato é que nem sempre a realidade se mostra favorável à aplicação de modelos teóricos, na prática, tem-se visto a captura de órgãos da Administração Pública pelo capital privado, então indaga-se como manter a higidez de mercado num contexto de regulação e concorrência, no qual ocorre uma generalização de situações de insolvência na forma de recuperações judiciais, com posterior revisão de penalizações administrativas como no caso do Grupo Oi e na frequente necessidade de formulação de alianças estratégicas, com o intuito de manter competitividade frente aos ônus impostos pelo poder normativo e adjudicatório das agências reguladoras. **Metodologia:** Utilizar-se-á o método de pesquisa hipotético-dedutivo, na medida em que as hipóteses levantadas nesse projeto são verificadas a partir de análises teóricas e jurisprudenciais ao longo da monografia. Ademais, além dos autores mencionados na revisão de literatura, outras obras enriquecerão a pesquisa, como a pesquisa jurisprudencial, nesse sentido serão trabalhados julgados do Tribunal Superior de Justiça. **Resultados e Discussão:** Constatações no sentido de mostrar flexibilização do judiciário frente a situações de insolvência, tanto em relação a dilação do período do *Conditional Stay*, quanto a revisão de multas administrativas devidas a agências reguladoras, relevando-se a consensualidade entre credores como diretriz para prosseguimento e aprovação do plano de recuperação judicial para soerguer a empresa economicamente viável, na forma do art. 47 da lei 11.101/05. **Conclusão:** De fato, o presente trabalho não foi capaz de apresentar uma alternativa satisfatória para a manutenção da higidez de mercado frente aos fenômenos anteriormente expostos, contudo pela análise empreendida, deduz-se que o Judiciário se encontra, cada vez mais, aberto ao diálogo

¹ Mestrando em Direito da Regulação pela FGV Direito Rio. Graduado em Direito pelo IBMEC-RJ. E-mail: ericksd@outlook.com

² Orientadora do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Doutora em Direito Econômico pela UGF. Professora Titular do IBMEC-RJ. Co-líder dos grupos de pesquisa em Direito do Petróleo e em Direito Econômico e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: carlamarshall123@gmail.com

com os credores em relação a situações de insolvência. Além disso, a legislação aplicável, tem, em muitos momentos, sido flexibilizada para que se possa garantir a continuidade de unidades produtivas, logo ocorre uma interpretação mais voltada para a função social dos contratos e da unidade produtiva, em detrimento da executoriedade de obrigações que, por certo, inviabilizariam a continuidade da prestação do serviço público e, por consequência, da satisfação do interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Créditos não fiscais devidos a ANATEL; Conditional Stay; Insolvência Transnacional.

REFERÊNCIAS:

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à lei de falência e de recuperação de empresas**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. Agências reguladoras e democracia: existe um déficit democrático da regulação independente ? In: ARAGÃO: Alexandre dos Santos (Org.). **O poder normativo das agências reguladoras**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense. 2011.

ROSADO, Marilda de Sá Ribeiro. RODRIGUES, Bruno de Almeida. O princípio abrangente da cooperação internacional e a governança dos recursos hídricos transfronteiriços. In: **Direito Internacional Privado: Questões controvertidas**/ organizado por André de Carvalho Ramos. Belo Horizonte. Arraes Editores, 2015.

SALOMÃO, Luis Felipe. PENALVA, Paulo Santos. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.